

ANÁLISE DO EFEITO DISTRIBUTIVO DA PRECIFICAÇÃO DE CARBONO NO BRASIL

Amaro Olimpio Pereira Junior

Professor associado do Programa de Planejamento Energético do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPE/Coppe/UFRJ). *E-mail:* amaro@ppe.ufrj.br.

Rodrigo Gomes Távora Maia

Doutorando no PPE/Coppe/UFRJ. *E-mail:* rgtmaia@ppe.ufrj.br.

Mário Jorge Mendonça

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea). *E-mail:* mario.mendonca@ipea.gov.br.

Paulo Roberto Santos Casaca

Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dirur/Ipea; e professor adjunto no SKEMA Business School. *E-mail:* paulorscasaca0@gmail.com.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3008-port>

As mudanças climáticas têm se tornado um tema de preocupação crescente em âmbito global. Em virtude disso, várias medidas têm sido propostas, com destaque para o Acordo de Paris, em que as partes se comprometeram a limitar o aquecimento global em 2°C (ou 1,5°C, se possível), comparado com o período pré-industrial. Para atingir as metas do referido acordo, alguns países estão planejando, ou considerando, a implementação de taxaço ou precificação de carbono para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa (GEEs).

Algumas críticas, entretanto, são atribuídas aos mecanismos de precificação de carbono, pois estes podem limitar o crescimento econômico, principalmente em nações em desenvolvimento. Em contrapartida, argumenta-se também que os investimentos em inovações tecnológicas de baixo carbono podem resultar, na verdade, em um efeito positivo na economia. Outra questão importante é relativa aos efeitos distributivos. As mudanças climáticas e a desigualdade de renda estão intrinsecamente ligadas. Aponta-se

que uma taxaço ou precificação de carbono tem efeitos negativos sobre a distribuição de renda. Por isso, a aceitação pública de tal mecanismo pode ser um grande desafio para os formuladores de políticas ambientais. Nesse sentido, é necessária a criação de mecanismos de compensação para mitigar os impactos distributivos.

Este estudo tem como objetivo analisar os efeitos distributivos de uma precificação de carbono no Brasil. Para isso, foram analisados cenários construídos a partir de um modelo de equilíbrio geral computável (EGC) para avaliar os impactos de diferentes formas de taxaço. Os resultados mostraram que mecanismos que considerem impostos sem distinção entre setores têm impactos menores sobre a distribuição de renda. De qualquer forma, são necessárias medidas de compensação para atenuar, ainda, os efeitos sobre as classes de renda mais baixas.